

HABEAS CORPUS Nº 569.932 - PE (2020/0077777-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ETIENE VIEIRA GONÇALVES
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : MARCOS CESAR DE ALENCAR NOYA LEAL (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MARCOS CESAR DE ALENCAR NOYA LEAL, apontando como Autoridade Coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Narra a Impetrante que o Paciente foi preso preventivamente, em junho de 2016, pela suposta prática do crime de estelionato.

Neste *writ*, a Defesa alega excesso de prazo na formação da culpa, bem como ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz que "[a]pós impetrar Habeas Corpus, mais precisamente em 02.03.2020, data da distribuição a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, sequer, fora analisado até a presente data o pedido, tudo conforme movimentação extraída do judwin" (fl. 4).

Assevera que "*considerando o atual quadro de pandemia que assola o mundo, causada pela infestação do Coronavírus, este PACIENTE se encontra em situação ainda mais vulnerável*" (fl. 7).

Requer, em liminar e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do Paciente.

É o relatório. Decido o pedido liminar.

No tocante aos requisitos da prisão preventiva e do suposto excesso de prazo na formação da culpa, verifica-se que a Parte Impetrante **não juntou aos autos cópia dos documentos necessários para a comprovação de suas alegações** (colacionou tão somente atestados de bom comportamento carcerário e a movimentação do *habeas corpus* impetrado na Corte de origem, que, por si só, não é o suficiente para a

análise da controvérsia), de modo que não é possível analisar a viabilidade do pleito deduzido, na medida em que o *writ* foi mal instruído.

Como se sabe, **compete à Defesa narrar e instruir completa e adequadamente o habeas corpus (ou seu respectivo recurso)**. Dessa forma, como a Defesa não se desincumbiu do ônus de formar adequadamente os autos, olvidando-se de que o *habeas corpus* "*pressupõe prova pré-constituída do direito alegado*" (STJ, HC 437.808/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 28/06/2018), não há como apreciar o mérito do *writ*.

No mesmo sentido: HC n.º 508.081/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.614/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.591/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.828/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe 08/05/2019.

Registre-se, ainda, que o Juízo competente para análise da possibilidade de flexibilizar a prisão preventiva visando preservar a saúde do preso **é o responsável pela expedição do mandado de prisão**, sobretudo no caso, em que não foi comprovado o real estado de saúde do Paciente, tampouco as condições do estabelecimento prisional.

A controvérsia, aliás, demanda incursão na seara fático-probatória, insuscetível de realização na estreita via do *habeas corpus*. Se não bastasse, esta Corte Superior não pode se manifestar originariamente sobre a excepcional situação superveniente, sob pena de dupla supressão de instância.

O pedido deve, portanto, ser dirigido ao Juízo de primeiro grau, a fim de que seja reavaliada a necessidade da custódia nos termos da Recomendação n.º 62, de 17 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça.

No mais, vê-se que o Desembargador Relator determinou a intimação do Impetrante para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar documentação hábil a fundamentar os fatos alegados no *writ*.

Entretanto, não há como aferir a eventual ilegalidade da demora, sem as judiciosas informações da Autoridade Impetrada.

Desse modo, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular

Superior Tribunal de Justiça

situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo preliminar, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Solicitem-se as informações do Tribunal de origem, para que esclareça sobre o alegado excesso de prazo para análise dos pedidos formulados pela Paciente, devendo encaminhar as informações pormenorizadas dos autos e a chave de acesso aos andamentos processuais.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora